

A Experiência Brasileira na Força Interamericana de Paz (FIP) - Intervenção da OEA na República Dominicana — 1965

Carlos de Meira Mattos*

Matéria transcrita do livreto *Análise do II Encontro Nacional de Estudos Estratégicos*, do Centro de Estudos Estratégicos da Presidência da República e do Núcleo de Análises Interdisciplinares de Políticas e Estratégias (NAIPPE) da Universidade de São Paulo (USP).

ANTECEDENTES

A presença militar do Brasil na República Dominicana foi uma consequência da Resolução da 10ª Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores da OEA (6 de maio de 1965).

Os acontecimentos que suscitaram essa intervenção do organismo regional podem ser resumidos nos fatos seguintes:

- desde o assassinato do ditador Trujillo, em maio de 1961, vinha vivendo a República Dominicana um clima contínuo de instabilidade política. No período de quatro anos sucederam-se,

em ambiente de agitação, três chefes de governo;

- em 24 de abril de 1965, um golpe militar obrigou o então presidente Reid Cabral a renunciar. Os militares rebeldes ocuparam o palácio do governo e empossaram na Presidência o Dr. Molina Ureña. Em seguida, o palácio do governo foi invadido e saqueado por enorme multidão, gerando uma situação de desordem incontrolável. As facções em plena rebelião se desentenderam. O grupo castrista, liderado pelo Movimento 14 de Junho, atacou o quartel dos carabineiros, armou-se e ocupou parte da cidade. Seguiram-se combates entre facções rivais. Paralelamente, grupos de desor-

deiros realizaram invasões e saques no comércio e em residências. A ameaça de invasão das embaixadas estrangeiras por grupos armados provocou o pânico no Corpo Diplomático. Ficou caracterizado que o grupo castrista havia assumido o controle de parte da cidade (Ciudad Nueva), onde instalou um governo chefiado pelo Coronel Camaño. Nesse momento, existiam três governos e uma força militar independente no país: o governo do General Imbert Barreras, o do Coronel Benoit, da Força Aérea, o do Coronel Camaño e a brigada militar do General Wessin, independente;

- no dia 28 de abril, atendendo ao pedido de proteção do governo Benoit, os fuzi-

* General-de-Divisão.

leiros navais dos Estados Unidos, partindo do navio-transporte *Boxer*, desembarcaram de helicópteros nas proximidades do Hotel Ambassador, onde havia se refugiado a maioria do pessoal do Corpo Diplomático, e estabeleceram a segurança do hotel e da Embaixada dos Estados Unidos. Nesse mesmo dia o governo de Washington pediu a convocação da Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores da OEA. Prosseguiram os desembarques de tropas norte-americanas no território dominicano;

- em 1^o de maio foi instalada, em caráter permanente, a Secretaria Geral da OEA;

- em 8 de maio a reunião de consulta da OEA aprovou a intervenção coletiva na República Dominicana, com a missão de restabelecer a ordem, a paz e restaurar a democracia;

- mais de dois terços dos países membros da OEA aprovaram a resolução da 10^a Reunião de Consultas, entretanto, somente enviaram contingentes militares o Brasil, o Paraguai, a Nicarágua, Honduras e Costa Rica. A força militar norte-americana já se encontrava no país.

O EMPREGO DA FORÇA DE PAZ

A Força da Paz se insere no quadro de uma intervenção coletiva em área conflagrada, realizada sob os auspícios da ONU ou de um organismo regional ou multinacional (OEA, OTAN, União Européia).

A prática de emprego da Força de Paz vem se intensificando nos últimos tempos. Desde a criação da ONU, em 1945, até 1988, período no qual predominou a bipolaridade do poder mundial, a ONU realizou treze operações de intervenção coletiva. Após a queda do muro de Berlim, em 1989, até 1995, a ONU já assumiu a responsabilidade de administrar quinze conflitos. Esses números indicam a aceleração do processo de intervenção internacional nos conflitos.

A missão da Força de Paz é profundamente diferente da missão tradicional de emprego militar na guerra.

A operação de guerra visa a derrotar e submeter as forças inimigas. Na missão de paz não há forças inimigas. Há facções a serem reconciliadas. O objetivo principal é usar a força como mais um meio de convenci-

mento, depois de esgotados todos os recursos diplomáticos de persuasão e de pressão.

O cumprimento da missão de paz exige dos participantes habilidade, paciência e firmeza quando necessário. O maior perigo que envolve a missão de paz é ela, apesar do seu caráter neutral entre as facções em luta, inclinar-se pela causa de um dos partidos. Quando isso acontece, ela perde sua autoridade, que se apóia na isenção em face das razões do conflito. A repressão exercida pela Força de Paz, quando necessário, visa a coibir o comportamento das facções (violência exagerada, genocídio, impedimento de socorro humanitário etc.) e nunca favorecer a sua causa, ou seja, a sua posição ideológica.

A classificação geral das intervenções de forças internacionais, visando à pacificação de um país ou de uma área, considera dois tipos principais de operações: de preservação da paz (*peace keeping*) e de impor a paz (*peace making*).

Não há dúvida de que a primeira é ideal. Não usa a violência da força. Procura insinuar-se pela presença, ou pela dissuasão (ameaça de

uso da força). Na segunda, a imposição da força só se justifica como missão de paz, diante de um mal maior e quando todos os recursos da dissuasão tenham sido esgotados.

Tomando como exemplo o caso da República Dominicana, há que se distinguir duas fases do conflito. Na primeira, grupos de desordeiros armados ocuparam a capital, praticando seqüestros, saques, assaltos, criando um clima de terror para a população e para as representações estrangeiras, e, na segunda, parte da capital foi dominada por uma facção castrista que criou um governo e um exército e entrou em luta armada contra os dois ou três outros governos e exércitos.

Na primeira fase, a situação de terror levou um dos governos então existentes a pedir proteção dos Estados Unidos através de *una intervención temporal y ayuda para restablecer el orden en el país*.

Em atendimento a essa solicitação e às pressões do Corpo Diplomático (que na sua maioria abandonou os prédios das Embaixadas e refugiou-se no Hotel Embaixador, perto do centro da cidade), os Estados Uni-

dos desembarcaram fuzileiros navais e, em seguida estabeleceram uma cabeça de ponte aérea, desembarcando uma unidade de pára-quedistas (a 82ª Divisão).

A missão ali se iniciou como *peace making*, em face das circunstâncias internacionais e da natureza do conflito local. Essa fase foi desempenhada apenas pela força norte-americana.

A PRESENÇA DO BRASIL

A decisão política do Governo do Brasil de votar a favor da intervenção coletiva e de enviar um contingente militar foi coerente na seguinte diretriz traçada pelo presidente Castello Branco:

No caso brasileiro, a política externa não pode ignorar que fizemos uma opção básica, que se traduz numa fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental (extraído do discurso proferido no Instituto Rio Branco em 31.07.1964).

Como se viu, ficou caracterizado o perigo de Fidel Castro, no caso de consolidação do governo chefiado pelo Coronel Camaño vir a estender o seu domínio na área do Caribe. Por isso,

ocorreram a posição da OEA e o apoio do Brasil.

A presença do Brasil na crise dominicana foi marcante. Estivemos presentes diplomaticamente na Comissão Ad-Hoc da OEA, de três membros, deslocada para o local do conflito, a fim de conduzir as negociações de pacificação do país. Nosso representante nessa comissão foi o embaixador Ilmar Penna Marinho.

Tivemos nossa presença militar marcada pelo comando da Força Interamericana de Paz (FIP), exercido, sucessivamente, pelos Generais-de-Exército Hugo Panasco Alvim e Alvaro Braga e pelo contingente de 1.200 homens (FAIBRAS), composto de tropa do Exército (1ª Batalhão do Regimento Escola de Infantaria) e do Corpo de Fuzileiros Navais.

Visando a dar uma estrutura operacional aos diferentes contingentes nacionais de composição irregular, foi criada a Brigada Latino-Americana, sob comando brasileiro, composta de dois batalhões, o batalhão brasileiro do Exército e um batalhão formado pelos nossos fuzileiros navais e abrigando os contingentes paraguaios, nicaraguense, hondurenho e costarricense.

Assim, a FIP ficou constituída por comando e dois braços operacionais — força norte-americana e Brigada Latino-Americana.

Os efetivos da FIP variaram durante o período da missão (dezesseis meses). A força norte-americana, no período mais crítico, os primeiros seis meses, chegou a ter no país cerca de 25 mil homens. No período seguinte baixou para 12 mil. A Brigada Latino-Americana teve seu efetivo praticamente inalterado, durante toda a permanência no país, com cerca de 2 mil homens.

O transporte e a manutenção dos efetivos brasileiros a 7 mil quilômetros do Rio de Janeiro exigiu uma difícil operação de transporte da Força Aérea e da Marinha de Guerra, realizada com admirável precisão. O transporte da tropa para a República Dominicana e sua retirada, com todo o equipamento, foram feitos por comboios da FAB e da Marinha de Guerra. Além disso, deram-se duas substituições de dois terços do efetivo e a manutenção de uma linha periódica para correspondência e suprimentos.

Coube à Brigada Latino-Americana o isolamento da parte da capital conhecida como Ciudad Nueva, além de algumas operações especiais como a ocupação do Palácio Nacional, enclave das forças do General Imbert Barreras no centro do dispositivo ocupado pelas forças do Coronel Camaño e, em seguida, garantir a neutralização da área do Palácio Nacional.

O transporte e a manutenção dos efetivos brasileiros a 7 mil quilômetros do Rio de Janeiro exigiu uma difícil operação de transporte da Força Aérea e da Marinha de Guerra, realizada com admirável precisão.

O EMPREGO DA TROPA BRASILEIRA

As principais missões realizadas pela tropa brasileira, integrada na Brigada Latino-Americana e sob meu comando, foram:

- assegurar parte do cinturão de isolamento da Ciudad Nueva, ocupada pelas forças do Coronel Camaño;

- ocupar o Palácio Nacional, enclave na área do Co-

ronel Camaño, dali retirando quatrocentos homens poderosamente armados, e manter o Palácio como zona neutra;

- garantir a posse do governo provisório do Dr. García Godoy;

- manter a ordem na área da Ciudad Nueva;

- garantir um clima de ordem durante a eleição presidencial que elegeu o Dr. Joaquín Balaguer.

Todas essas missões, do tipo preservação da paz, só foram transformadas em uso violento da força em momentos de curta duração, quando elementos de nossa tropa foram atacados. Assim, conseguimos manter, pela presença e pela dissuasão, um clima de *peace keeping* ao longo da missão. Tivemos oito feridos em ação e quatro mortos por acidentes.

CONCLUSÃO

Ao se encerrar a missão na República Dominicana, o então chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, a cuja autoridade foi subordinada a FAIBRAS, em seu Boletim Especial de 30.09.1966, assim se expressou:

Vivendo um clima agudo de Guerra Revolucionária, o soldado brasileiro teve excepcional comportamento no exterior, em condições as mais adversas;

Revelou excepcionais qualidades para o cumprimento da missão de paz, em país amigo e fraterno. Nossa tropa foi exemplar na disciplina, na eficiência militar e na capacidade para operar em circunstâncias delicadas, em contato permanente com a população civil;

Revelou consciência da espinhosa e nobre missão, que foi chamado a desempenhar, dando provas de serenidade, paciência e firmeza de atitudes;

Nunca se excedeu no cumprimento da missão e só fez uso de suas armas para se defender. Deixa em

terras dominicanas o seu tributo de sangue à causa da democracia e da pacificação do país;

Teve seus feridos em ação e resistiu ao embate da conquista da mente do combatente pela campanha psicológica desenvolvida dentro de técnicas e propaganda aprimorada pelo comunismo internacional;

Prolongou — no espaço e no tempo — a experiência de convívio internacional entre grandes e pequenas Forças Armadas, como já aconteceu na Itália, Suez e Congo.

Essas palavras são uma síntese magnífica do comportamento de nossa tropa na Missão de Paz de que foi incumbida.

Consideramos a atuação da FIP na República Dominicana, embora obscurecida

por ter sido precedida de uma ação militar unilateral das forças norte-americanas, uma das mais completas e bem-sucedidas entre as inúmeras missões de paz que têm ocorrido neste mundo conturbado.

A missão recebida da OEA foi: restaurada a normalidade; manter a segurança de seus habitantes e a inviolabilidade dos direitos humanos; estabelecer um ambiente de paz e conciliação que permitisse o funcionamento das instituições democráticas.

Esta missão foi cabalmente cumprida e, após dezesseis meses de atuação, a FIP retirou-se do país, deixando a nação dominicana pacificada e um governo democrático empossado, eleito livremente por grande maioria. 